

INCLUSÃO E DIFICULDADES VIVIDAS PELOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA VISUAL

SILVA, Flávia Roberta Rosas da.
flavialice@hotmail.com

NASCIMENTO, Maria de Fátima (Orientadora)
Graduação em Pedagogia, Mestre em Comunicação e Cultura, Prof^ª. dos Cursos de Letras, Pedagogia e História da Universidade Tiradentes - UNIT.
mfatiman@ig.com.br

RESUMO

Este artigo tem com objetivo analisar as dificuldades de aprendizagem vividas pelo portador de necessidades especiais (visuais). A educação especial tem o mesmo objetivo da educação comum, ou seja, um atendimento diferenciado sem tentar proporcionar condições à integração do deficiente à sociedade. O homem tem que conviver com as pessoas diferentes e entender suas diferenças, pois, elas são diferentes por não serem iguais as pessoas ditas normais, ou seja, pelo modelo que a sociedade impõe. O problema que se analisa é o fato de que muitas escolas e professores não estão preparados para receber emocional e intelectualmente um portador de deficiência visual. Por conta de algumas dificuldades vividas pelos deficientes visuais para estudar, como a falta de material atualizado e impresso em *Braille* ou escrita ampliada; material inacessível; o elevado custo, a falta de apoio a cursos preparatórios no que tange a preparação para alcançar o vestibular e, mesmo depois de entrar em uma faculdade, inacessibilidade às faculdades públicas ligado ao item anterior; falta de condições para adquirir os equipamentos que os auxiliariam nos trabalhos escolares.

Palavras – chave: Inclusão, Preconceito, Educação Especial, Realidade, Metodologia.

A partir dessa realidade é oportuno pensar em outras formas de inclusão do deficiente visual no processo de aprendizagem.

O Papel de Linguagem no Desenvolvimento Humano tem Diferentes perspectivas assumem o papel da linguagem no funcionamento humano, as distintas interpretações das possibilidades e limites dos processos psicológicos em casos de deficiência visual. Os efeitos da restrição de experiências da linguagem têm sido associados a características reproduzidas fielmente da pessoa cega, sendo atribuídos traços como pensamento concreto, baixa sociabilidade do desenvolvimento da criança cega.

A linguagem participa da constituição do pensamento e repercute sobre as funções mentais, proporcionando transformações na atenção, na memória, no raciocínio etc. Na infância, a fala passa a ser auto-reguladora, organizadora das ações da criança sobre os objetos. “Consciência está refletida na palavra como o sol numa gota d’água. A palavra é um microcosmo da consciência, e relacionada à consciência. Como uma célula viva a um organismo, como um átomo ao cosmo” (GÓES, 1999. p. 33).

A deficiência não significa que a criança tenha menos possibilidades; ela tem possibilidades diferentes. A deficiência não deve ser concebida como uma falta ou franqueza, pois o indivíduo poderá encontrar outra forma de desenvolvimento.

No desenvolvimento inicial, a fala do outro dirige a atenção e a ação da criança; aos poucos, a criança também usa a fala para afetar a ação do outro. A partir dessa fala multifuncional vem delinear-se uma diferenciação: ao mesmo tempo em que a criança compreende e usa melhor a fala na regulação de/pelo outro, ela começa a falar para si. Surge a chamada fala egocêntrica, que abrange uma variedade de referências à situação presente e à ação em ocorrência. Tais referências passam, aos poucos, a corresponder a uma forma de descrição e análise da situação. Depois, servem para organizar e guiar a ação; assumem uma função auto-reguladora. Esse uso individual da fala torna-se claro não só pelo que é falado como também pela variação da quantidade de fala conforme a complexidade da situação abordada. (Góes, 1991, p.19)

Antigamente, os deficientes eram segregados, afastados de qualquer convívio social, pois sua diferença era vista como maldição, destino, marca do demônio e todo tipo de crendice. Afinal, que era diferente era desconhecido era fonte de medo. Do medo ao preconceito é um pulo, daí a exclusão absoluta das “pessoas diferentes”.

A partir do século XIX, tempo de grandes descobertas no campo da medicina, da biologia e da saúde passou-se a estudar os deficientes de modo a procurar respostas para seus problemas. Assim começou o que se chama de segregação institucional: o deficiente era “tratado” como um, doente, em alguma instituição. Excluído da família e da sociedade, portadores de deficiência eram acolhidos em asilo de caráter religioso ou filantrópico, muitas vezes passando ali toda a sua vida. Ao mesmo tempo, foram surgindo algumas escolas especiais e centro de reabilitação, pois a sociedade começava a admitir que deficientes pudessem se produtivos se recebessem treinamento adequando.

No Brasil, o atendimento especial aos portadores de deficiência começou oficialmente no dia 12 de outubro de 1854, quando D. Pedro II fundou o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, no Rio de Janeiro. Em 1942, quando já havia no país 40 escolas públicas regulares que prestavam algum tipo de atendimento a deficientes mentais e 14 que atendiam alunos com outras deficiências o Instituto Benjamin Constant editou em braile a revista brasileira para cegos, primeira do gênero no Brasil.

“A necessidade de uma política de educação especial foi se delineando nos anos 70, quando o MEC assumia que a clientela da educação especial é a que ‘requer’ cuidados especiais”. Em 1990, finalmente o Brasil participou da conferência Mundial Sobre Educação para todos na cidade Jomtiem, na Tailândia: estavam lançadas as sementes da política de educação inclusiva.

A prática da inclusão social se baseia em princípios diferentes do convencional: a aceitação das diferenças individuais valorização de cada pessoa, convivência dentro da diversidade humana, aprendizagem por meio da cooperação, são alguns dos aspectos tratados.

A integração significa inserção da pessoa deficiente preparada para conviver na sociedade. Já a inclusão significa a modificação da sociedade como pré-requisito para a pessoa com necessidades especiais buscar seu desenvolvimento e exercer sua cidadania. Então é preciso preparar a escola para incluir nela o aluno especial, e não o contrário sem esquecer rampas de acesso, toaletes especiais e salas mais espaçosas onde os deficientes se sentem na primeira fila.

Pela constituição Federal, capítulo II, seção I art.205, “a educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade (...)”. Por si, este artigo já valeria para os deficientes. Além disso, artigo 208 inciso III reassegura “(...) o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Por último, a lei Federal 7.853/89 dispõe sobre o apoio aos deficientes e sua integração social, definindo o preconceito como crime. Nesse sentido, nenhuma escola ou creche pode recusar, sem justa causa o acesso do deficiente à instituição. A pena aos infratores é de um a quatro anos de prisão, além da multa.

O primeiro passo para construir uma sociedade mais justa é respeitar as diferenças a inclusão tem alguns benefícios tanto para o aluno como para o professor, pois possibilitam que os deficientes visuais ocupem o seu espaço na sociedade que e a primeira a discriminar.

Uma escola só é inclusiva quando tem um bom projeto pedagógico. Mas sim valorizar cada ser com sua diferença própria, pois os ditos normais são diferentes, o governo está tirando a

sua responsabilidade para impor a sociedade, claro que a sociedade tem suas obrigações. Ajudar não é somente fazer as leis e sim mantê-las, além do mais e adaptar um deficiente visual na escola custa caro, primeiro por que o material didático não acessível ao aluno educar não é mandar o aluno para a escola, existem a outras necessidades que vão além da classe todo um suporte para que isso aconteça, os deficientes visuais com uma boa condição financeira passam por dificuldades vejam só um pobre coitado, filho de um assalariado.

O Papel da Escola e da Sociedade

Além da família, a escola e a sociedade devem contribuir no sentido de ajudar a enfrentar obstáculos colocados pela deficiência, à escola é uma das grandes aliadas na luta pela integração. É nesse espaço, que as questões relacionadas a preconceitos, mitos e estigma podem ser debatidas e analisadas por toda a comunidade escolar. “Ao abrir suas portas igualmente para os que enxergam e os que não enxergam, a escola deixa de reproduzir a separação entre deficientes e não-deficientes que há na sociedade”.

Os portadores de deficiência frequentemente ficam segregados, escondidos, e a maioria das pessoas não entram em contato direto com eles. Por isso, ao encontrar uma pessoa com deficiência, esses indivíduos ficam inseguros, sem saber o que fazer, e às vezes acabam tomando atitudes defensivas e preconceituosas.

Nesse contexto, ao se tornar um espaço de inclusão, a escola promove trocas enriquecedoras para toda a equipe escolar, incluindo os alunos e suas respectivas famílias.

Quanto a isso, diríamos que, a fonte de informações mais importante para o educador traçar sua diretriz de ação junto ao educador é saber como ele é, ou seja, como percebe, age, pensa, fala e sente. O deficiente visual é dotado de uma incrível percepção, quando o mesmo percebe a realidade que está a sua volta por meio de seu corpo, na sua maneira própria de ter contato com o mundo que o cerca.

Para conhecer o deficiente visual e seus significados e habilidades. É necessário acompanhá-lo nesse trajeto percorrido pelo seu corpo, prestando atenção ao referencial perceptual que o mesmo irá revelar que obviamente não é o da visão.

Partindo dos próprios caminhos perceptuais dos deficientes visuais, o educador pode oferecer-lhes oportunidades para entrarem em contato com novos objetos, pessoas e situações e, assim, aprender.

Segundo Mansini, (1993): “Aprender é a capacidade humana de receber, colaborar, organizar novas informações e, a partir desse conhecimento transformado, agir de forma diferente do que fazia antes. Aprender-se numa relação com o outro ser humano e/ou com as coisas a seu redor”.

Isso nos leva a observar que o convívio com pessoas portadoras de deficiência contribui para facilitar a quebra de tabus e de estigmas, favorecendo a plena inclusão do mesmo na sociedade e auxiliando a família a lidar com tal deficiência. “Todos que rodeiam o deficiente visual precisam se conscientizar de que suas relações interpessoais podem ser saudáveis e baseadas na reciprocidade, pois ele é uma pessoa total e capaz”.

Porém, segundo Renata Neves, professora e fonoaudióloga, “é preciso tomar cuidado para não minimizar as potencialidades e a condição de ser do indivíduo”.

A cooperação das famílias e a mobilização da comunidade em busca de melhor qualidade de vida, educação e participação social das pessoas com deficiência anunciam novos tempos, de combate às atitudes discriminatórias, de disseminação do conhecimento e principalmente, a com a criação de uma sociedade mais acolhedora e solidária.

A escola precisa se adaptar para poder oferecer um bom atendimento especializado juntamente com crianças ditas normais, ou seja, uma pessoa cega pode assistir às aulas com pessoas que enxergam, mas como garantir um atendimento adequado se as escolas não podem oferecer condições. O governo só fica falando que a instituição tem que exigir o apoio dos dirigentes previstos por lei, será que eles não sabem qual é a sua obrigação.

Existem alguns aspectos que a instituição também deve seguir com a mudança no aspecto físico como um piso lavável e antiderrapante, recursos especiais necessários à educação do aluno. “Compete à escola promover a integração desses alunos com os demais nas atividades propostas nos seus projetos pedagógicos” (Ministério da Educação, p. 34).

Para um aluno deficiente visual para ter um melhor rendimento se faz necessário ter em sala de aula um número de alunos entre 15 a 20 no máximo mesmo assim continuam a dizer que as escolas publicarem tem suporte para adotar um deficiente visual como se para os alunos ditos normais falta material e outros meios para que se tenha uma boa educação uma educação de qualidade pode-se até dizer que uma escola da rede particular tenha essa condição até por conta da exigência dos pais que pagam ao contrario do que acontece nas escolas públicas.

A política nacional de educação especial tem os seguintes princípios o da normalização, da integração, da individualização, o sociológico da interdependência, epistemológico da construção do real, da efetividade dos modelos de atendimento educacional, o do ajuste

econômico com a dimensão humana e o da legitimidade, se esses princípios fossem realmente seguidos na prática a vida do deficiente visual seria muito melhor.

Embora a atual política educacional esteja preocupada com a inclusão de crianças portadoras de deficiência no sistema comum de ensino em classes regulares, temos comprovado a falta de alternativas pedagógicas que facilitem essa integração. No caso específico de portadores de Cegueira, uma das maiores limitações é a precariedade de suporte pedagógico quanto ao acesso a informações escritas, textos literários, livros de literatura infantil, revistas e outros. A falta de materiais impressos é um dificultador da integração da criança no ensino regular e, até mesmo, de uma aprendizagem bem sucedida e, principalmente prazerosa. Temos observado que essas crianças ficam restritas a materiais didáticos com pouco ou nenhum espaço para a imaginação, a criação e o aspecto lúdico da leitura. (Garcia, 2000 P.31- 32).

O deficiente visual tem o direito de ser diferente ter um atendimento educacional de boa qualidade deve-se caracterizar que tipo de aluno e qual o seu tipo de deficiência visual se e um portador de cegueira ou de visão subnormal (reduzida) é fundamental uma avaliação da incapacidade visual no desempenho do aluno para poder identificar se uma criança e cega ou tem visão subnormal essa e mais difícil de se identificar deve-se observar o comportamento da criança.

Os alunos da educação fundamental, na média e tecnológica e na superior, podem contar com o apoio das secretarias de educação, deixando bem claro que essa ajuda não pode prejudicar os alunos chamados normais, É isso que podemos chamar de ajuda, existe discriminação da mesma formar. As instituições de ensino superior como qualquer outra tem a obrigação de servir os portadores de necessidades especiais, como por exemplo, o acesso na escola e a sua permanência.

Visto que a integração da criança portadora de deficiência visual não acontece apenas na sala de aula; é desejável que ela aconteça na família, nos ambientes sociais, religiosos e de lazer.

Mesmo que não estude em uma sala comum, a criança precisa estar integrada ao ambiente social em que vive - na praça, no parquinho, na festa de aniversário, na igreja, na lanchonete, etc.

Antigamente, os educadores e profissionais especializados enfatizavam apenas o diagnóstico e a reabilitação de aspectos específicos da deficiência. Nem sempre pensavam nas outras faces do desenvolvimento da criança - habilidade motora, integração social, vida emocional e afetiva.

Para que o processo de integração do aluno com necessidades especiais aconteça de modo positivo, toda a comunidade escolar deve estar preparada: pais, professores, técnicos, funcionários de apoio da escola e especialmente os alunos.

O processo de integração na escola ajuda a perceber que as diferenças individuais são relativas - todos têm dificuldades e, ao mesmo tempo, qualidades, o que nos dá direito à igualdade e à diferença. Assim, devemos centralizar nosso interesse na resolução, e não no problema; na qualidade de vida, e não na facilidade de segregação; na diversidade, e não na homogeneidade; na atenção às necessidades individuais, e não na simplicidade da educação.

No contato com os adultos, a criança precisa sentir que as limitações enfrentadas não são dela, mas da própria deficiência. Isso contribui para dar-lhe segurança e para que aprenda a expressar sem medo suas dificuldades e pedir auxílio, saindo da passividade e da acomodação que, em geral, levam a uma auto-mensagem negativa.

O verdadeiro trabalho de integração consiste em criar situações estruturadas, que favoreçam a vivência de experiências significativas, fortalecendo a auto imagem e ensinando o aluno a lidar com seus próprios limites e frustrações. Assim, ele vai se sentindo como um

indivíduo atuante, capaz de compreender as diferenças e as semelhanças e de relacionar bem com outras pessoas.

O Artigo 227 explicita: É dever da família, da sociedade e do estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O papel principal da escola está voltado para a formação de indivíduos, e conseqüentemente, da coletividade. Isso implica fazer escolhas e tomar decisões, uma vez que até a mínima intervenção feita pelo professor em sala de aula contribui para a formação do aluno na busca do conhecimento e de seu processo de construção. Proporcionando ao aluno uma experiência necessária para a capacitação, para que esteja apto a redimensionar sua prática pedagógica, e conseqüentemente, agregar solidariedade à construção do saber.

As atividades lúdicas como: jogo da forca, jogo da memória, trilha, musicas, quebra – cabeça de textos funciona como recursos que podem ser utilizados em sala de aula para incentivar a participação dos alunos e principalmente fazer com que as atividades possam ser atraentes para uma melhor comunicabilidade. É através delas que o professor despertará a atenção dos alunos, tornando as atividades prazerosas, que antes eram vistas como chatas e cansativas. A utilização das brincadeiras de descontração e texto para análise do assunto abordado, fazendo com que um momento enfadonho se transformasse em algo diferente, como aprender se divertindo.

Para tornar as aulas mais atraentes e dinâmicas busca-se uma maior interação na relação educador/aluno, com o intuito de resgatar o conhecimento de mundo de cada, tornando a teoria mais próxima da prática, ou seja, contextualizando as disciplinas com a vivência dos alunos.

O dever como educadora é procurar incentivar a motivação do aluno. A finalidade desta preocupação com a motivação para o aprendizado é tornar possível, dentro do processo ensino-aprendizagem, o crescimento do índice de percepção e aprendizado nos alunos em foco e que os conteúdos aprendidos venham qualificar o aluno, tecnicamente e socialmente.

O verdadeiro professor é aquele que usa de maneira criativa e dinâmica todo o seu conhecimento teórico e prático para levar seus alunos à compreensão e discernimento em resolver questões do seu dia-a-dia. Acredito que o papel do professor na escola é de observar e diferenciar o comportamento dos alunos. O ensino constitui desafio para todos os educadores, muita coisa precisa ser feita no sentido de transformá-lo na escola. Cabe aos professores dar aos alunos situações reais de ensino e que, através delas eles possam interagir com o objetivo de uma melhor efetivação de seus estudos.

Para que o educador possa desenvolver uma boa atividade, necessita também de referências, aprofundamento teórico, que possam lhe fornecer as bases conceituais do ponto de partida para a criação própria do programa de sua disciplina. O educador precisa capacitar-se continuamente para ficar mais atualizado em relação à disciplina, técnicas novas que possam estar surgindo e que proporcionem mais prazer ao aluno nas aulas.

Através do lúdico o aluno foi compondo, o que lhe permitiu uma legitimidade maior do mundo, e é inserida nesta perspectiva transformadora que foi apontada a ação dos jogos na escola. Pois, acredita-se que os alunos são criativos, imaginativos em função das potencialidades de seu pensamento, podendo tornar possível o impossível, utilizando uma linguagem mágica, única e universal que a uma linguagem da brincadeira, com a qual se aprende mais.

Dessa forma a dinamização das aulas e não ficar preso a um quadro ou livro. Seria interessante levar jogos e brincadeiras, pois, dessa forma o aluno vai aprender brincando, o que tornará, de fato, o aprendizado mais rápido e eficaz.

A inclusão e o ser diferente na educação em busca no conhecimento das ciências sociais e humanas podemos afirmar que todo ser é social e tem peculiaridades que fazem com que, embora sejamos semelhantes a muitas pessoas, em vários aspectos tais como: classe social, cor dos olhos, idéias, posições, relações emocionais. Somos totalmente diferentes na forma de nos manifestar.

Esse conjunto de características individuais e as diversas formas de pensar, sentir e agir nos faz único. Desta forma, a sociedade é formada por indivíduos diferentes entre si, que se identificam no anonimato do grupo.

Com base em estudos feitos em vários autores, entre eles, Kirk e Gallagher merecem destaque, para eles existem várias maneiras em definir a “Educação Especial”, dependendo do contexto histórico, cultural e social de cada comunidade.

Conjunto de medida e recursos (humanos e materiais) que a administração educativa coloca à disposição dos alunos necessidades educativas especiais pessoas com algum tipo de deficiência, carência, disfunção ou incapacidade física, psíquica ou sensorial, que lhes impeça um adequado desenvolvimento e adaptação.

Conjunto de conhecimentos científicos e intervenções educativas, psicológicas, sociais e médicas, que buscam otimizar as possibilidades de sujeitos excepcionais. (KIRK e GALLAGHER, 1996 p. 227).

É importante notar que a Educação Especial é bastante abrangente e ampla, engolia uma imensa diversidade de necessidades educativas especiais, assim como uma equipe multidisciplinar, composta pelos mais diversos profissionais e especialistas.

Seu objetivo principal é promover uma melhor qualidade de vida aqueles que por algum motivo, necessitam de um atendimento adequado à sua realidade física, mental, sensorial e social.

A Educação Especial destina-se aos portadores de necessidades educativas especiais, ou seja, todas as pessoas que precisam de métodos, recursos e procedimentos especiais durante o seu processo de ensino - aprendizagem dos indivíduos portadores de deficiência sensorial (auditiva ou visual) deficiência motora, deficiência cognitiva, altas habilidades, transtornos de personalidades, autismo, psicoses entre outros.

A condição de ser um diferente representa em todas as situações, como algo normal, excepcional, fora do comum, levando as pessoas a exprimir por elas variadas comportamentos como negação, marginalização, super proteção e outros sentimentos contraditórios que acabam misturados pela ambivalência de culpa, rejeição, decepção.

É inegável a importância da visão para o desenvolvimento, o que não pode ser um obstáculo para o desenvolvimento do ser, o que acaba valendo a pena verificar o significado no Dicionário Aurélio da palavra “cego” a falta de raciocínio de reflexão isso acaba mostrando a postura social, levando a uma reflexão e conscientização.

Família, Escola e Profissionais.

Na escola ocorre um movimento de interação entre a criança e o ambiente que a rodeia, um trabalho conjunto envolvendo a família e a comunidade, principalmente a comunidade escolar, para auxiliar a criança com deficiência visual a interpretar e assimilar o mundo.

O papel da comunidade escolar consiste em apoiar, orientar e dar suporte à família para que esta aprenda a lidar adequadamente com a criança, pois, é com ela que se dá a convivência.

Com isso, contamos com os programas de Intervenção Precoce, Educação Infantil e Escolar, adotados em escolas públicas, particulares e instituições especializadas, com o objetivo de cuidar das necessidades da criança, ouvir os pais escutando suas prioridades e desejos, considerando o contexto social em que vivem. “O Programa de Educação Precoce deve possibilitar a integração da criança com deficiência visual na família, na escola e na comunidade, pela interação com crianças e adultos”.

O ideal desse programa é realizar um trabalho conjunto no qual profissionais e famílias possam se reunir e trocar informações. Mas na prática, infelizmente, nem sempre é possível, visto que, em alguma localidade não há esse tipo de serviço; outras vezes, a família não tem recursos para matricular o filho em escolas especializadas, ou mesmo ignora a existência desses recursos, ficando a mercê do destino.

A Parceria Família/Escola

Como já abordamos anteriormente, a participação da família é fundamental para todo o processo de atendimento a criança portadora de deficiência visual. Os pais precisam entender as dificuldades do filho portador de deficiência, comunicando-se com ele em uma atitude positiva diante dos desafios impostos pela deficiência.

O trabalho de integração na escola depende centralmente da colaboração dos pais, aos quais cabe fornecer informações a respeito das condições visuais do aluno, do eventual uso da

visão residual, de aspectos de adaptação do material, da utilização de recursos ópticos e tecnológicos, enfim manter a escola totalmente informada sobre os limites do filho.

Os colegas de classe também devem ser informados a respeito do colega portador de deficiência. O ideal é que o professor crie situações em que a participação e a cooperação ocorram espontaneamente, sem que a criança com deficiência seja exposta a situações difíceis ou constrangedoras.

É preciso avaliar se atividades propostas contribuem de fato para criar relações de amizade, evitando a rejeição e/ou a super proteção. É importante procurar dar oportunidades a todos de exercer a solidariedade e de perder o medo dos “diferentes”, que ocorre naturalmente entre as crianças.

Baseados nisso, os pais de todos os alunos perceberão que a inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais traz um ganho para a classe. O professor, por sua vez, também enriquece seu trabalho, a se ver diante da necessidade de diversificar e tornar mais concretos os conceitos e o material didático utilizado.

O Papel da Família

À família, base do desenvolvimento do ser humano, cabe a tarefa de oferecer ao portador de deficiência visual condições para seu crescimento como indivíduo, tornando-o capaz de ser feliz e produtivo, dentro de sua realidade, de suas potencialidades e de seus limites.

Embora saibamos que nem sempre fácil, a família precisa entender que o portador de necessidades especiais é, antes de qualquer coisa e acima de tudo, uma pessoa total, evitando

focalizar a atenção na cegueira, ou na baixa capacidade visual, onde, a primeira atitude importante consiste em acreditar nas potencialidades da criança, considerando-a capaz de estudar, de ser independente, de trabalhar, praticar esportes e tantas outras coisas que os amiguinhos fazem. Pra muitos portadores de necessidades especiais, a maior dificuldade está na falta de oportunidades. “A troca de experiências, sentimentos e informações nos ajudam a compreender a necessidade que as crianças ou adultos com deficiência, pais e profissionais, tem de um espaço para construir juntos novos valores e significados”.

No Brasil ainda predomina, em relação à portadores de necessidades especiais, uma concepção assistencialista, permeada de barreiras sociais, onde na maioria das vezes, o portador de deficiência e sua família se sentem isolados, impotentes, à espera de instituições, serviços médicos, ou profissionais que possam miraculosamente curar ou “consertar” a deficiência.

Muitas famílias prolongam seus momentos de angustia, ansiedade, conflitos, negação, frustração e ate mesmo desesperança por não dispor de informações e não encontrar interlocutores para discutir sua problemática e para se identificar como pessoas dotadas de direitos e deveres perante a sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.194**, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Gráfica do Senado, 1997.

BIANCHETTI, Lucídio e FREIRE, Ida Mara. **Um Olhar Sobre a Diferença**. São Paulo: Papirus, 1998.

BRUNO, Marilda. **O Desenvolvimento da Prática Pedagógica**, São Paulo, Laramara, 1997;

COLL, César Palácios J. **Necessidades Educativas Especiais e Aprendizagem Escolar**. Vol. 3 , Porto Alegre: Artes Medica, 1998.

GUZZO. Raquel Souza Lobo. **Psicologia escolar (LDB e Educação de Hoje)**. Campinas: Alínea, 2002.

KIRK, Samuel e, GALLAGUER, James J. **Educação da Criança Excepcional**. 3ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MANSINI, Elcie F. Salzano. “Conversar Sobre Deficiência Visual”. Revista Con-Tato, São Paulo: Laramara, nº. 3, 1993, p. 24.

MANTOAN, Maria Tereza Egler Etal. **A Integração de Pessoas com Deficiência**. São Paulo: Mermon, 1997.

Sites da Internet

www.inclusão.com.br

www.feneis.com.br

Subsídios para organização e funcionamento de serviços de educação especial (Área de deficiência Visual)